

NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

INFORME: REVISÃO DA LEI 6.001/73

SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL (CE) PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2.057, DE 1991, QUE INSTITUIU O ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS:

A CE voltou a se reunir no dia 08 de abril para ouvir, em audiência pública, quatro representantes indígenas. Mário de Camilo, Terena (São Paulo), Braz Pereira, Makuxi (Roraima), Megarom Txukarramãe (Mato Grosso) e Pedro Cornélio Seg-Seg, Kaingang (Paraná). Os depoimentos prestados abordaram questões como a importância da terra para as sociedades indígenas, além da necessidade de apoio nas áreas de saúde, educação, auto-sustentação etc.. Raoni Mentuktire (Mato Grosso) também compareceu à audiência, tendo falado brevemente.

O Deputado João Fagundes (PMDB/RR), ao comentar os depoimentos prestados à CE, disse que o representante Makuxi, Braz Pereira, havia sido "muito lacônico" em seu depoimento sobre a situação dos índios no estado de Roraima. Afirmou que Braz Pereira "poderia ter dito que um padre italiano, Jorge Dalbene, tem filhos com várias índias, vai para a Itália e diz que estamos praticando genocídio contra índios. Que o Padre bota os índios para fazer garimpo e, quando a polícia chega, atravessa o Rio Tacutu e se homizia em uma casa na Guiana". O Deputado disse ainda que Roraima está infestada de padres italianos e a única coisa que fazem é jogar o índio contra o fazendeiro", alimentando os conflitos existentes.

O Deputado Francisco Rodrigues (PTB/RR), integrante da CE, reafirmou as acusações feitas à atuação da Igreja Católica no estado de Roraima pelo Deputado João Fagundes, criticando ainda a demarcação da área Yanomami e o trabalho desenvolvido pela FUNAI. Afirmou também que "o Presidente da FUNAI está para a questão indígena como o Sr. Lutzenberger estava para a questão ambiental: radical, não aceita conversa". Completando a sua intervenção, o Deputado Francisco Rodrigues disse que "nós neste Parlamento vamos nos impor e dar um basta".

A CE, através do seu Presidente, Deputado Domingos Juvenil (PMDB/PA), e de sua relatora, Deputada Teresa Jucá (PDS/RR), está propondo a realização de painéis temáticos com os seguintes assuntos e participantes:



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

PAINEL nº 01 - 07/MAIO/92

TERRAS INDÍGENAS:

Expositores:

Gilberto Mestrinho (Governador do Amazonas);
Jader Barbalho (Governador do Pará);
Oswaldo Pianna (Governador de Rondônia);
Ottomar de Souza Pinto (Governador de Roraima).

Debatedores:

Sidney Possuelo (Presidente da FUNAI);
General de Exército Antenor de Santa Cruz Abreu (ex-
Comandante Militar da Amazônia);
Dom Aparecido José Dias (Presidente do CIMI);
Nelson Ribeiro (ex-Ministro da Reforma Agrária no
governo Sarney, atual Secretário do
Meio Ambiente do estado do Pará);
Estevão Taucane (índio Bakairi)
Pedro Seg-seg (índio Kaingang);
Jorge Terena (índio Terena).

PAINEL Nº 02 - 14/MAIO/92

RECURSOS NATURAIS EM TERRAS INDÍGENAS:

Expositores:

Jarbas Passarinho (Senador);
Pratini de Moraes (Ministro das Minas e Energia);
Miguel Seratchiuk (Engenheiro Florestal).

Debatedores:

Elmer Prata Salomão (Presidente do DNPM);
Gabriel Guerreiro (Secretário de Minas e Energias do
estado do Pará);
Samuel Hannan (Associação das Empresas Mineradoras);
Édio Vieira (Deputado Estadual em Roraima);
Roque Laraia (ABA);
Maria Teresa de Jorge Pádua (Presidente do IBAMA);
Paulinho Paiakã (índio Kaiapó);
Tutu Pombo (índio Kaiapó);
Benedito Tukano (índio Tukano);
Sompré Xerente (índio Xerente).



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

PAINEL Nº 03 - 21/MAIO/92

ASSISTÊNCIA ESPECIAL: Educação/Saúde/Atividades Produtivas.
O Órgão Federal de Assistência.

Expositores:

José Goldemberg (Ministro da Educação);
João Carlos Pinto Dias (Presidente da FUNASA);
Odacir Soares (Senador pelo estado de Rondônia).

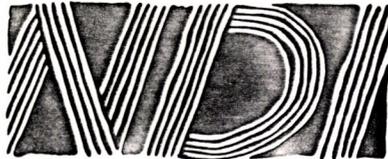
Debatedores:

Edívio Battistelli (FUNAI);
João Pacheco de Oliveira (Antropólogo/PETI);
Chiquinho Pareci (índio Pareci);
Adão Irapuitã Brasil (índio Kaiowá);
Daniel Cabixi (índio Cabixi).

No dia 30 de abril, em audiência pública conjunta da CE e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e das Minorias, foram ouvidos os participantes da reunião de integrantes das sociedades indígenas, ocorrida em Luziânia (Goiás), no período de 25 a 29 de abril. Esta reunião foi convocada pela Comissão de Mobilização Indígena, da qual faz parte, entre outras, a COIAB, para discutir as propostas de revisão da Lei nº 6.001/73, a política indígenista e a representação indígena a nível nacional.

Estiveram presentes à audiência pública das duas comissões, dentre outros, os Deputados Federais Valdir Ganzer, Teresa Jucá, Tuga Angerami, Sidney de Miguel, João Fagundes, Ricardo Moraes, José Lourenço, Walter Pereira, Benedita da Silva, Lourival Freitas, Domingos Juvenil, Fábio Feldmann, José Carlos Sabóia e Gilvan Borges. Além dos Deputados, compareceram também o Presidente da FUNAI, Sidney Possuelo, e o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira.

Na ocasião, foi divulgado um documento elaborado e assinado pelos participantes da reunião de Luziânia, contendo as suas propostas para a revisão da Lei nº 6.001/73. Na realidade, este documento nada mais é do que o Projeto apresentado pelo CIMI, levemente alterado. Também foi comunicada a criação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, a título de representação nacional, que terá como coordenador Orlando Baré (da COIAB).



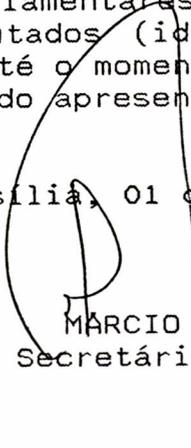
NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

Durante a audiência pública, houve também manifestações de várias lideranças indígenas que, tendo participado da reunião de Luziânia, denunciaram a sua manipulação por parte do CIMI, que levou 11 dos seus advogados para assessorarem os índios na compreensão e discussão dos três projetos de revisão da Lei 6.001/73. A este respeito vale informar que, na semana que antecedeu aquela reunião, o Secretário Executivo do NDI telefonou a um dos índios organizadores do evento, informando que o NDI gostaria de participar do mesmo a fim de prestar esclarecimentos sobre o Projeto 2.057/91, por ter coordenado a sua elaboração. O índio, entretanto, informou que não seria admitida a assessoria de nenhum "branco", já que os índios pretendiam fazer o seu próprio projeto.

Por fim, a Deputada Teresa Jucá, relatora da CE, anunciou a criação de um Comitê Pluriétnico, que, doravante, deverá assessorar os trabalhos da Comissão. Integrarão o Comitê Pluriétnico: David Terena (MS), Adão Brasil (MS), Mário de Camilo (SP), Pedro Seg-Seg (PR), Estevão Taukane (MT), Sebastião Manchineri (AC), Nailton Pataxó (BA), Antônio Apurinã (AC), Orlando Baré (AM), Jadir Makuxi (RR) e Avelino Makuxi (RR).

Em anexo a este informe, estamos enviando cópias dos comentários produzidos pelo NDI em relação aos Projetos elaborados pelo CIMI e pelo Poder Executivo, atendendo à solicitação dos parlamentares que apoiam a questão indígena na Câmara dos Deputados (idêntico pedido foi dirigido ao CIMI, entretanto, até o momento, não é de nosso conhecimento que estes tenham sido apresentados).

Brasília, 01 de maio de 1992.


MARCIO SANTILLI
Secretário Executivo